

5. O que há de tão errado com os epifenômenos?

5.1. Epifenômenos e postulados pseudoexplicativos

O objetivo deste capítulo é expor os argumentos novos da tese contra a posição epifenomenalista na filosofia da mente, em especial a posição de Chalmers. Para tanto, convém explicitar que será assumida a necessidade de experiências epifenomenais na filosofia de Chalmers. Conforme exposto anteriormente, Chalmers não se compromete em seus escritos com a posição epifenomenalista, declarando-a meramente aceitável. Desafortunadamente para sua teoria, o argumento da superveniência demonstra que os *qualia* irreduzíveis por ele propostos têm que ser epifenomenais – eles são redundantes para os mecanismos físicos do comportamento e não satisfazem as condições exigidas de causas superdeterminantes. Isso significa que um eventual êxito na demolição da hipótese epifenomenal tornará a teoria de Chalmers demasiadamente implausível. Argumentar-se-á então que há argumentos adequados a esta tarefa. É interessante notar que a maior elaboração da teoria de Chalmers, com a sofisticação de suas leis psicofísicas (detalhadas mais adiante), faz com que seu edifício oscile e desabe de forma mais contundente.

Para uma melhor compreensão do primeiro argumento, faz-se necessária uma breve digressão sobre a ideia de platonismo na filosofia da lógica e da matemática. A intenção é mostrar que certos motivos para a rejeição da ideia de epifenômeno espelham argumentos dos nominalistas e anti-platonistas na filosofia da matemática e da lógica. Que fique claro que não é do escopo desta tese apresentar uma posição firme na filosofia das ciências formais; o que se pretende é expor a natureza do *desafio* enfrentado pelos platonistas, e mostrar que *os filósofos dualistas têm um desafio análogo, e não podem respondê-lo satisfatoriamente*. Se puder ser perdoado pelo clichê, o autor busca usar um determinado problema na filosofia da matemática como escada; uma vez atingido seu questionamento, a intenção é deixar de se preocupar com a dita escada.

Hilary Putnam, o introdutor na filosofia da múltipla realização e do funcionalismo da mente-como-computador encara em diversos ensaios e artigos³¹⁵ a questão da objetividade da lógica e da matemática e a natureza das verdades expressadas por tais disciplinas. Intui-se comumente que, a sustentar as verdades de uma disciplina qualquer, deve haver *objetos* correspondentes às asserções da mesma. Tal posição é denominada “platonismo” porque Platão mui famosamente defendeu a existência de objetos abstratos que fundamentam o discurso matemático. Se este discurso é verdadeiro, ele deve versar sobre uma classe de objetos “fazedores-de-verdade” (*truth makers*). Mesmo não sendo seguidores do projeto platônico defendido pelo grande filósofo grego, muitos filósofos da lógica e da matemática preservam a crença em objetos abstratos (“abstratos” porque evidentemente mui diferentes de corpos ou objetos “concretos” em geral) como a melhor maneira de explicar a verdade ou objetividade das ciências formais. Como Putnam observa, esta perspectiva é análoga àquela em que “objetos morais” são defendidos como explicação para a objetividade dos enunciados da filosofia moral.³¹⁶ Em comum às três posições – o platonismo matemático, o seu equivalente lógico e o moral – aparece a seguinte crença: se uma asserção é verdadeira, ela deve descrever determinados objetos ou propriedades (seus fazedores-de-verdade).³¹⁷ A posição platonista é construída por Putnam como uma perspectiva sobre o *realismo* nas ciências formais³¹⁸ (embora Putnam a veja como desnecessária mesmo dentro do realismo). Sendo assim, é interessante notar que o ponto de vista dualista também é apresentado por seus proponentes como necessário para uma postura realista em relação à consciência. Aceite o reducionismo, dizem eles, por sua conta e risco; ao fazê-lo, um discurso absolutamente óbvio sobre a subjetividade (a saber, seu caráter fenomenal e privado) perde seu fundamento. Como seria de se esperar, existem também diferenças importantes entre os dois debates; na posição fisicalista presentemente defendida, o discurso sobre sensações subjetivas é de fato uma descrição de “objetos”. Existem aqui objetos descritos – objetos físicos – ao passo que a

³¹⁵ Ver, por exemplo, *Mathematics without Foundations* (Putnam, 1967) e *Ethics without Ontology* (Putnam, 2004).

³¹⁶ Deve-se admitir, porém, que existem outras razões para admitir objetos abstratos. Como deve ficar claro mais adiante, não há aqui uma posição firme a ser defendida na filosofia da matemática.

³¹⁷ *Ethics without Ontology*, P. 52-53.

³¹⁸ *Idem*, p. 53-57.

proposta recomendada por Putnam em sua análise do platonismo é eliminar os objetos desse último.

Estamos bem-posicionados agora para reintroduzir as preocupações de Chalmers e perceber o seu parentesco com aquelas dos platonistas. Já vimos que Chalmers diferencia a mente fenomenal da mente psicológica/cognitiva. Classificados como “psicológicos” estão as explicações do comportamento observável, enquanto o domínio do fenomenal denota o aspecto subjetivo da mente, que sempre acompanha os processos cognitivos conscientes. De fato, é o aspecto fenomenal que caracteriza os fenômenos da cognição como conscientes.³¹⁹ Segundo Chalmers, “com o conceito fenomenal, a mente é caracterizada pela maneira como ela *sente*; já o conceito psicológico caracteriza a mente pelo que ela faz”.³²⁰ Evidentemente, a mente fenomenal corresponde aos *qualia* mencionados por Jackson em seus argumentos dualistas (diz Chalmers: “...podemos dizer que um estado mental é consciente se possui uma *sensação qualitativa* [*qualitative feel*] – uma qualidade de experiência associada).³²¹

A existência da mente fenomenal é dada por Chalmers como uma verdade inquestionável; ele diz que nada tem caráter mais evidentemente real do que a experiência consciente; e esta experiência consciente permanece inexplicada mesmo após uma teorização abrangente das ações e percepções que a acompanham. Em resumo, Chalmers diz que temos um objeto de estudo *adicional* àqueles estudados pela ciência cognitiva e pela filosofia de viés fisicalista: “Há algo que necessita ser explicado, mesmo após termos explicado os processos de discriminação e ação: existe a *experiência* [grifo do autor]”.³²² Mais adiante ele acrescenta: “Me parece óbvio que existe algo a mais a precisar de uma explicação”.³²³

Como se justifica esta certeza sobre a realidade da mente fenomenal? Chalmers afirma que, diferentemente do nosso acesso epistêmico a objetos externos, experiências conscientes são conhecidas *diretamente*, ou seja, sem

³¹⁹ *The conscious mind*, p.11.

³²⁰ *Ibidem*. Minha tradução.

³²¹ *Idem*, p.4. Minha tradução.

³²² *Idem*, p.7.

³²³ *Idem*, p.8. Minha tradução.

mediação de mecanismos de qualquer espécie.³²⁴ Isto as torna radicalmente diferentes de, por exemplo, fenômenos perceptuais no sentido cognitivo, onde podemos diferenciar o objeto de sua representação, e conseqüentemente distinguir entre aparência e realidade. A justificativa para crenças relativas a experiências fenomenais vem da *posse mesma* dessas experiências. Não havendo aqui uma distinção entre aparência e realidade, é necessário concluir que estas experiências subjetivas são reais; o discurso relativo aos *qualia* irreduzíveis descreve uma realidade à qual a filosofia da mente tem que fazer justiça. O escopo limitado da ciência de terceira pessoa, apta a descrever apenas a mente no sentido psicológico, a desqualifica para a análise da subjetividade. A experiência consciente, realidade indubitável, constitui um objeto à parte; faz-se necessário quantificar sobre algo adicional à mente compreendida como fenômeno material. Não temos opção se quisermos sustentar que há objetividade na subjetividade. Por isso, Chalmers enfatiza a existência da consciência irreduzível, embora não afirme explicitamente se esta última é um ente em separado ou um tipo de propriedade.

É fundamental para nossos propósitos reiterar que a consciência irreduzível proposta por Jackson e Chalmers tem de ter caráter epifenomenal; esta é a conclusão imposta pelo argumento da superveniência de Kim. No célebre artigo acima discutido, Jackson assume esta posição explicitamente, confiante em sua aptidão para *explicar* o que parece evidente em relação à consciência. De forma idêntica, Chalmers visa explicar as características imediatamente evidentes de sua subjetividade com um apelo ao mesmo tipo de entidade/propriedade. O que se pretende mostrar no que se segue é que este apelo é comparável à postulação, por parte dos platonistas, de objetos abstratos como fatores explicativos.

Conforme adiantamos no início do capítulo, o argumento contra objetos abstratos provém da obra de Hilary Putnam. Em seu *Ethics without Ontology*,³²⁵ Putnam diz que uma explicação baseada em objetos abstratos satisfaz “todos os critérios para o que os filósofos da ciência – e não apenas os positivistas – há muito chamam *pseudoexplicação* [ênfase do autor].”³²⁶ O resultado obtido é

³²⁴ Idem, p. 196.

³²⁵ p.60

³²⁶ Ibidem. Minha tradução.

“absolutamente vazio como explicação”.³²⁷ Putnam chegou a essa conclusão após constatar que o apelo platonista envolve três erros:

1. Postula-se algo que não é necessário para nenhum outro propósito e que, enquanto postulado, não é observável pelos sentidos;
2. Postula-se algo absolutamente inerte, já que nada é derivado dali exceto o fenômeno que tentamos explicar por meio do mesmo postulado; isto também torna o postulado impossível de ser falsificado;
3. Os postulantes não sugerem qualquer maneira de trabalhar o conceito para que dele se possa derivar algo de interesse.

Diante da linha de argumentação proposta, torna-se necessário explicitar e articular os princípios relevantes de explicação científica. Aceitar essa tarefa requer algum esforço de interpretação, já que Putnam nada mais menciona sobre o tópico de pseudoexplicação em ciência. Ainda assim, a atividade interpretativa aqui proposta parece relativamente simples por duas razões: em primeiro lugar, a possibilidade de falsificação por meio de experimentos e observações tem há muito importância reconhecida na filosofia da ciência, principalmente devido ao trabalho de Karl Popper; em segundo lugar, o mesmo vale para a possibilidade de observação, enfatizada pelo empirismo como um todo; finalmente, a exigência de entes necessários para diferentes propósitos e dos quais fenômenos interessantes são derivados aparece na mui influente perspectiva unificacionista de filosofia da ciência. Torna-se importante explicar, então, o que se entende por unificação em teorias científicas.

A teoria da ciência como atividade de unificação vem da necessidade de um modelo que não herdasse as falhas do “padrão dedutivo-nomológico” ou “modelo de lei de cobertura” (*covering law model*). Esse esquema foi proposto pelos empiristas lógicos como uma articulação das ideias de empiristas tradicionais, como John Stuart Mill e Hume. Assim inspirado, Carl Hempel defendeu que o ato científico de explicação de um dado fenômeno consiste em derivar, dedutiva ou indutivamente, uma sentença descrevendo o dito fenômeno (o *explanandum*) de um conjunto de sentenças (o *explanans*) que precisa conter pelo menos uma lei

³²⁷ Ibidem. Minha tradução

natural. Dadas as condições iniciais e as generalizações aceitas, como lei, segue-se o aparecimento do *explanandum*. As explicações que satisfazem esse padrão possuem:

1. Um argumento dedutivo ou indutivo válido;
2. Pelo menos uma lei geral realmente necessária para o argumento acima;
3. Um *explanans* testável empiricamente;
4. Um *explanans* composto de sentenças verdadeiras.³²⁸

Infelizmente, como o filósofo da ciência Philip Kitcher observa,³²⁹ o influente modelo dedutivo-nomológico de Hempel padece de falhas graves. Se interpretado como um modelo de condições necessárias e suficientes para a explicação científica, ele permite corpos estranhos que o contaminam fatalmente. Alex Rosenberg exemplifica a asserção de Kitcher com o conhecido exemplo da sombra do mastro, advindo de Sylvan Bromberger. Tomemos como fato que às 15 horas do dia 4 de julho de 2000 o mastro da bandeira da prefeitura de uma cidadezinha tem 15 metros de altura. Como podemos explicar o fato? Consideremos o seguinte argumento:

1. É uma lei que a luz se propaga em linhas retas;
2. Às 15 horas do dia 4 de julho de 2000, o Sol emite luz num ângulo de 45 graus em direção ao solo onde está localizado o mastro perpendicular ao chão (condição inicial).
3. A sombra projetada pelo mastro da bandeira mede 15 metros (condição inicial)
4. Um triângulo de dois lados iguais é isósceles (verdade matemática)

Logo:

5. O mastro da bandeira tem 15 metros de altura.³³⁰

³²⁸ Rosenberg, A. *Introdução à filosofia da ciência* (Rosenberg 2009), p. 48.

³²⁹ *Explanatory Unification*, p. 508-509.

³³⁰ *Introdução à filosofia da ciência*, p. 56-58.

Embora satisfaça todas as condições exigidas no modelo de Hempel, o argumento não é uma explicação aceitável para a altura do mastro. Esse é o caso por que ele cita um *efeito* para a altura do mastro (a sua sombra) e não sua causa (provavelmente, as intenções dos habitantes locais). Portanto, a teoria de Hempel acolhe argumentos não explicativos, o que caracteriza seu fracasso como teoria abrangente da explicação científica.

Afortunadamente, os escritos empiristas acerca de explicações na ciência contêm também ideias sobre unificação, e a fertilidade das mesmas foi detectada e desenvolvida por Michel Friedman, nos anos 70,³³¹ e por Philip Kitcher, nos anos 80.³³² Hempel escreve em *Philosophy of Natural Science*³³³ que teorias científicas são caracterizadas por unificação sistemática de dados aparentemente irrelacionados; esses fenômenos aparecem como consequências das mesmas estruturas e processos. Assim, um número máximo de fatos e regularidades é abordado com o uso de um mínimo de conceitos e premissas. Kitcher³³⁴ observa que tal perspectiva aparece também na obra de Herbert Feigl, também um empirista lógico, e, conforme exposto³³⁵ anteriormente um proponente da ITM. Por isso, Kitcher chama a filosofia da unificação de “teoria nãooficial”.³³⁶ Interessa observar que existe mesmo certa continuidade entre a teoria “oficial” dos empiristas lógicos e a teoria “não oficial”, como observa o filósofo da ciência Peter Godfrey-Smith.³³⁷ A primeira explora a *conexão* entre eventos particulares e uma generalização nomológica; conectar o que se acredita ser verdadeiro é alcançar um tipo de unificação.

Já vimos que o primeiro desbravador da teoria da unificação foi Michel Friedman com seu artigo *Explanation and Scientific Understanding*. Friedman alega ali que a essência da explicação científica é reduzir o número de fenômenos inexplicados e independentes.³³⁸ Essa é a propriedade, diz Friedman, que a relação de explicação possui em períodos históricos diversos, e que está

³³¹ *Explanation and Scientific Understanding* (Friedman, 1974).

³³² Ver por exemplo *Explanatory unification* (Kitcher, 1981).

³³³ P.83

³³⁴ *Explanatory Unification*, p.508.

³³⁶ Idem, p. 509. Minha tradução.

³³⁷ *Theory and Reality: an introduction to the philosophy of science* (Godfrey-Smith 2003), p.195-196.

³³⁸ *Explanation and scientific understanding*, p.15.

demonstravelmente ligada ao ato mental de entendimento.³³⁹ Nossa compreensão do mundo avança quando diminui o número de fenômenos e leis fundamentais que somos obrigados a aceitar. Resumindo sua teoria, Friedman escreve: “Um mundo com menos fenômenos independentes é, mantendo o resto igual, mais compreensível do que outro contendo mais.”³⁴⁰

Simplificação e entendimento estão, então, fortemente ligados.³⁴¹

Um excelente exemplo da tese de Friedman é aquele citado pelo próprio:³⁴² a teoria cinética dos gases. Por meio dela, é possível explicar fenômenos relativos ao comportamento dos gases pelo comportamento das moléculas que compõem o gás. A lei nos permite derivar a obediência, por parte de uma coleção de moléculas formando um gás, da lei de Boyle-Charles (uma combinação, proposta primeiramente pelo físico francês Émile Clapeyron, da lei de gases de Boyle, que descreve a relação inversamente proporcional entre pressão e volume de um gás mantido em temperatura constante, e da lei de Charles, que descreve a maneira como gases se expandem quando aquecidos), da lei de difusão de Graham (que descreve o processo de moléculas individuais fluindo por uma abertura sem colidir com outras moléculas) e também certas características termodinâmicas dos gases. Uma vez consolidada a teoria cinética dos gases, obteve-se uma unificação de ideias amplamente aceitas, com a redução de três dados outrora tidos como independentes a um fenômeno apenas – moléculas agindo segundo as leis mais gerais da mecânica. O caráter abrangente das ditas leis também conecta o comportamento dos gases a todo tipo de movimento, desde as órbitas dos planetas até corpos em queda próximos à superfície da Terra.³⁴³ Friedman dá mais detalhes sobre a unificação esperada de teorias científicas com um desenvolvimento formal da ideia,³⁴⁴ mas ela deve estar clara sem estas complicações adicionais. Para os presentes propósitos, será suficiente passarmos à sua versão posterior, defendida por Philip Kitcher.

³³⁹ Idem, p. 14.

³⁴⁰ Ibidem. Minha tradução.

³⁴¹ Idem, p.18.

³⁴² Idem, p. 14.

³⁴³ Idem, p. 14-15.

³⁴⁴ Idem, p. 15-18.

Seguindo a sugestão de Hempel e Feigl, Kitcher afirma que as ciências não nos dão argumentos irrelacionados, mas um grupo de argumentos articulados que compõem um “estoque explanatório” (*explanatory store*).³⁴⁵ O problema da explicação científica em exame é o problema “da especificação das condições que devem ser satisfeitas pelo estoque explanatório”.³⁴⁶ Os argumentos científicos do estoque explanatório são relativos às crenças de uma determinada época; assim, o objeto da análise de Kitcher é “o estoque de argumentos relativo a um conjunto de sentenças aceitas”.³⁴⁷ Se em determinado momento este conjunto de sentenças é K, a tarefa de Kitcher é especificar o estoque explanatório relativo a K, que denomina E(K). A dita especificação deverá mostrar quais são os argumentos adequados como base para atos explanatórios para agentes cujas crenças correspondem perfeitamente a K. Na teoria da explicação de fenômenos via unificação, para cada K, E(K) é o conjunto de argumentos que melhor unifica K.³⁴⁸ Os componentes de E(K) devem expressar um padrão argumentativo, ou seja, são argumentos que possuem algo em comum. Na teoria de Kitcher, o que eles possuem em comum é um grupo de termos não lógicos (ou seja, de caráter diferente do vocabulário lógico que contrasta, em um contexto puramente formal, com as variáveis a representar proposições) ocorrendo de maneiras particulares, além de uma estrutura lógica aparentada.³⁴⁹ Tais termos são conceitos teóricos como “força”, “massa” ou “momento”, definidos de acordo com as necessidades da pesquisa em questão. As regras de inferência dos argumentos são dadas por um conjunto de sentenças chamado “classificação”, que assinala quais sentenças em um argumento são encaradas como premissas e também as técnicas usadas para a extração de conclusões.³⁵⁰ Deixando de lado os detalhes, o que precisamos para os presentes propósitos é chamar atenção para a noção de padrão argumentativo definida logo acima. Um padrão argumentativo define quais serão os membros do conjunto E (K), o estoque de explicações aceitáveis para K.

³⁴⁵ Idem, p. 512. Minha tradução.

³⁴⁶ Ibidem. Minha tradução.

³⁴⁷ Ibidem.

³⁴⁸ Ibidem.

³⁴⁹ Idem, p. 518.

³⁵⁰ Idem, p. 516-517. Kitcher detalha mais a sua perspectiva, mostrando como essa estrutura aparece no cálculo de movimento de um pêndulo na física newtoniana (p. 517).

Kitcher ilustra suas ideias com uma menção ao programa de pesquisa newtoniano, que tinha entre seus objetivos, segundo o próprio Newton, derivar de um mesmo tipo de raciocínio um grande número de fenômenos aparentemente díspares. Nos termos de Kitcher, temos um padrão argumentativo que gera um grande número de sentenças aceitas, formando um conjunto K. Dadas certas forças análogas àquela da gravitação universal, seria possível encaixar todos os dados da física em um mesmo modelo. O programa só foi abandonado quando a perspectiva de unificação se perdeu em meio a uma multidão de leis de compatibilidade duvidosa.³⁵¹ De qualquer maneira, o que se pretendia era derivar os fenômenos de argumentos que seguiam um determinado padrão – a aplicação de leis fundamentais às especificações básicas dos corpos. Felizmente para a posição a ser defendida aqui, a tese de Kitcher não depende de exemplos escolhidos a dedo na história da ciência. Pode-se perceber a atualidade do ponto de vista de Kitcher com uma menção das teorias consideradas vanguardistas em física, as chamadas “teorias de tudo”. O objetivo desta classe de teorias, da qual fazem parte a teoria das cordas e a gravidade quântica em *loop* (*loop quantum gravity*) é unificar as crenças dos cientistas sobre o mundo microscópico (mecânica quântica), aquelas relativas ao mundo dos entes imensos e pesados (relatividade geral), e o que se acredita sobre as partículas e forças fundamentais.³⁵²

A atualmente mais popular entre as teorias de tudo é a supracitada teoria das cordas. O físico Brian Greene escreve que o aperfeiçoamento dessa hipótese deverá levar a uma perspectiva onde todas as crenças citadas no parágrafo anterior são explicadas pelas propriedades de objetos arqui-minúsculos em forma de filamento, chamados “cordas”.³⁵³ Cordas em diferentes padrões de vibração geram o que no modelo padrão de partículas são os componentes fundamentais da matéria,³⁵⁴ mais todas as quatro forças fundamentais. Segundo Greene, “tudo o que existe, toda a matéria e todas as forças, está *unificado* [grifo meu] sob o mesmo princípio das oscilações microscópicas das cordas – as “notas” que as

³⁵¹ Idem, p. 513.

³⁵² Greene, B. *O Universo Elegante* (Greene, 2001), p. 17-28.

³⁵³ Idem, p. 29.

³⁵⁴ Idem, p.30.

cordas tocam”.³⁵⁵Tendo identificado o cerne de seu programa de pesquisa, Greene identifica profundidade científica com unificação.³⁵⁶Poderíamos complementar essa perspectiva sobre a natureza da ciência com muitos outros exemplos: a síntese dos fenômenos biológicos obtida através da teoria da evolução, a aproximação das diferentes formas de energia descrita no primeiro capítulo, a LOT de Fodor geradora de aprendizado e raciocínio, a união de eletricidade, magnetismo e óptica proporcionada por Maxwell. Todos esses dados indicam que Friedman e Kitcher seguiram uma boa pista em suas investigações sobre a natureza da ciência. Sendo assim, é justificado assumir suas conclusões no argumento sobre o caráter pseudoexplicativo dos epifenômenos. Se um padrão de argumentos não está apto a unificar, esse padrão não está apto para explicar (uma exceção que “confirma a regra” é a descoberta do múon; ao se deparar com essa partícula, o ganhador do Nobel Isidor Isaac Rabi perguntou: “Quem foi que encomendou isto?”)³⁵⁷.

A classificação (no sentido definido acima) adotada por Jackson e Chalmers é aquela usualmente adotada na filosofia “de poltrona” (*armchair philosophy*): experimentos de pensamento (Mary, Fred),³⁵⁸ análises conceituais,³⁵⁹ inferências baseadas em intuições sobre modalidade (mais detalhes a seguir).³⁶⁰Portanto, o que distingue seu padrão argumentativo não é a classificação, mas os conceitos empregados. Para explicar as escorregadias experiências subjetivas em geral, eles empregam o conceito de *qualia*, que é explicitamente epifenomenal em Jackson e, estando correto o argumento da superveniência, implícita, mas inevitavelmente, epifenomenal em Chalmers. O caráter infértil do conceito fica evidente quando percebemos que *não precisamos dele para deduzir nada no conjunto de sentenças que aceitamos de saída*. Já de início o epifenomenalismo se mostra incapaz como candidato a E(K), onde K expressa os dados consensuais sobre a mente. Não

³⁵⁵ Ibidem.

³⁵⁶ Idem, p.31.

³⁵⁷ Idem, p. 22. Greene diz (ibidem) que a descoberta do múon é bizarra porque “não havia nada na ordem cósmica que *demandasse a existência do múon* [grifo meu], nenhum enigma por resolver, nenhuma área específica que pudesse por ele ser explicada (...)”.

³⁵⁸ Chalmers reforça seus argumentos dualistas com o experimento de pensamento de Mary. Ver *The Conscious Mind*, p.103-104. Ao justificar o uso do famoso experimento, Chalmers diz que ele, juntamente com outros argumentos, “torna sua defesa muito forte” (Idem, p. 94, minha tradução.)

³⁵⁹ Idem, p. 3-31.

³⁶⁰ Timothy Williamson, em seu *The Philosophy of Philosophy* (Williamson, 2007) articula esses elementos como centrais ao método filosófico “de poltrona”.

precisamos dos epifenômenos para articular as relações entre eventos mentais subjetivos porque 1) dada a superveniência psicofísica dos mesmos, se quisermos entender seu fluxo basta que estudemos os processos físicos subvenientes, e 2) o caráter fenomenal das experiências em nada muda se ele for epifenomenal (não há diferença fenomenológica entre experiência epifenomenal e experiência causalmente eficaz). Portanto, nada de interessante é gerado seja no campo fenomenal, seja no campo psicológico ou cognitivo. Em outras palavras, os fenômenos ditos “de terceira pessoa” e aqueles ditos de “primeira pessoa” pouco ou nada mudam. O epifenômeno subjetivo *deixa intacto todo o restante do campo conceitual*. Conceitos férteis são aqueles que integram os dados, preservando K ao mesmo tempo que o colocam sob uma nova perspectiva. Poder-se-ia retrucar que exemplo do múon nos lembra que é legítimo quantificar entes antes desnecessários; no entanto, a presença do múon na ontologia da física foi *imposta por sua observação*. Não temos aqui uma analogia com os epifenômenos subjetivos porque todas as evidências dos sentidos apontam justamente para a sua inexistência! Embora certamente compatíveis logicamente com os *qualia* epifenomenais, o que testemunhamos a todo o tempo é a aparente eficácia causal de nossas sensações. Conseqüentemente, a introdução dos *qualia* epifenomenais como fazedores de verdade do discurso sobre experiências subjetivas satisfaz o primeiro critério caracterizador de uma pseudoexplicação científica (postula-se algo que não é necessário para nenhum outro propósito e que, enquanto postulado, não é observável pelos sentidos). Longe de unir os fenômenos relevantes, a sua utilização os desassocia.

Reforçando as conclusões já mencionadas, pode-se observar que a explicação do domínio subjetivo proposta por Jackson e Chalmers bate de frente com a proposta original de unificação de Michael Friedman. Conforme exposto acima, explicações cientificamente adequadas reduzem o número de fatos/leis fundamentais que somos forçados a aceitar. A filosofia dualista aqui criticada se distingue por postular algo irreduzível - *qualia* fundamentalmente subjetivos; trivialmente, cresce o número de fenômenos fundamentais em sua ontologia, o que reduz a unidade da natureza. Presumivelmente, o dualismo de Chalmers e Jackson também necessita de novas leis ligando fenômenos físicos e psicológicos, o que o torna ainda mais estranho ao ideal de unificação aqui examinado.

A conclusão alcançada logo acima pode parecer precipitada se constataremos que o epifenomenalismo ameaça modificar radicalmente a nossa perspectiva sobre o agir. O que uma ampla gama de experiências indica, afinal, é a conjunção constante de sensações e ações. Dominado pela fúria com a imprensa, o treinador de futebol anuncia sua saída do cargo; impelido pela paixão, o poeta escreve para sua amada. Se o epifenomenalismo estiver correto, os agentes não foram movidos por seus *qualia* emocionais; o processo causal que leva até a ação passa apenas por processos cerebrais. O campo conceitual parece ter sofrido uma modificação interessante.

A aparência de modificação radical, no entanto, é enganosa por três razões: 1) na filosofia de Chalmers, a separação entre a mente que age e a mente que sente já é assumida como premissa (temos uma dicotomia entre a mente cognitiva e a mente fenomenal), 2) nada muda na forma como a chamada “mente cognitiva” é estudada, já que os fatos que a compõem *ex hypothesi* em nada são influenciados pelo domínio do subjetivo (e as aparentes ameaças observadas pela ciência à nossa perspectiva sobre decisões racionais dizem respeito ao *raciocínio e à vontade conscientes*, que também satisfazem o conceito de mente psicológica de Chalmers).³⁶¹ Em suma, a abordagem da mente pela ciência cognitiva e a filosofia fisicalista permanece a mesma, sendo apenas rebatizada – é tentador comparar “tal diferença que não faz diferença”³⁶² à prática de certos meios religiosos de rebatizar alimentos proibidos como alimentos permitidos; 3) a filosofia da mente não tem nada novo para investigar; já observamos que acrescentar a propriedade *epifenomenal* à fenomenologia das sensações em nada a modifica, e os fenômenos de terceira pessoa passíveis de abordagem filosófica são por definição diferentes dos *qualia* e inalteráveis pelos mesmos.

Como interpretar a segunda diatribe de Putnam contra os objetos supostamente inertes do platonismo matemático? Recordando que a dita invectiva açoitava entes dos quais nada novo “surge”, é plausível que haja uma afinidade da mesma com a visão de Friedman e Kitcher. Elementos genuinamente explicativos, afinal, são esquemas abrangentes que permitem a derivação de fenômenos mais restritos. Mas existe também uma perspectiva sobre a natureza das teorias

³⁶¹ Ver o livro recente de Daniel Dennett, *Freedom Evolves* (Dennett 2003), p. 221-242.

³⁶² Daniel Dennett usa a expressão em seu livro *Consciousness Explained* (Dennett 1992)

científicas que explora de forma mais interessante a predição de novos fenômenos: a filosofia da ciência de Imre Lakatos.

As ideias de Lakatos sobre a natureza da ciência evoluíram de sua insatisfação com a teoria Popperiana do método científico. Popper famosamente defendeu que os cientistas genuínos se distinguem por especificar observações cuja obtenção refuta suas teorias. A inserção de uma hipótese em uma estrutura maior que a torna passível de observação caracteriza o “risco” que ideias científicas têm que correr. Determinados eventos se tornam “proibidos”, e caso ocorram, será preciso elaborar uma nova hipótese, igualmente ousada. Lakatos descreve assim a perspectiva de Popper: “Uma teoria é ‘científica’ se é possível especificar de antemão um experimento crucial (ou observação) que pode falsificá-la, e pseudo-científica se existe uma recusa de apresentar esse ‘falsificador potencial’”.³⁶³

Por mais influente que a tese de Popper tenha sido entre filósofos e cientistas,³⁶⁴ Lakatos a rejeita como uma abordagem irrealista. Se quisermos distinguir ciência de pseudociência, teremos que procurar a resposta alhures, já que toda teoria científica surge em meio a um “oceano de anomalias.”³⁶⁵ “Anomalia” é uma observação proibida pela teoria. Segundo Lakatos, cientistas podem e muitas vezes devem manter um programa de pesquisa ainda que esse último tenha sofrido uma “refutação” Popperiana. O ponto de vista de Popper é ingênuo; a refutá-lo está a história mesmo da ciência. Lakatos observa que os newtonianos não desistiram de seu programa após constatarem que não conseguiam explicar o movimento da Lua,³⁶⁶ e que o físico alemão Walter Kaufmann apresentou dados que pareciam refutar a teoria da relatividade especial de Einstein.³⁶⁷ Como digerir as anomalias? Todo programa científico possui uma heurística (um maquinário para resolução de problemas, similar à classificação de Kitcher) a lidar com anomalias e até mesmo transformá-las em evidências a favor

³⁶³ Transcrição da palestra *Science and Pseudoscience*, p. 2.

³⁶⁴ Godfrey-Smith diz que Popper de fato é um “herói” entre muitos cientistas. Ver seu *Theory and Reality*, p.57.

³⁶⁵ Transcrição de *Science and pseudoscience*, p. 4. Minha tradução.

³⁶⁶ Idem, p.3.

³⁶⁷ Ibidem.

da teoria.³⁶⁸ Programas de pesquisa científicos não são simplesmente um conjunto de conjecturas; o “núcleo duro” formado pelas hipóteses centrais é protegido por um “cinto protetor” de hipóteses auxiliares que os tornam resilientes.³⁶⁹ Tais fatos ilustram as asserções de Lakatos acerca da persistência dos cientistas, que não abandonam uma teoria apenas porque ela é desmentida por observações. De fato, seria prematuro abandonar um programa promissor diante da primeira anomalia encontrada. Lakatos chega a afirmar que relatos de experimentos que obliteraram hipóteses são ficções elaboradas muito após o abandono das mesmas.³⁷⁰ O falsificacionismo de Popper é ele mesmo falsificado pelo fato de que toda teoria “nasce e morre refutada”.³⁷¹

Tendo argumentado agressivamente contra o falsificacionismo, Lakatos afirma que a marca das teorias científicas é a predição e a confirmação de novos fatos, observações “estonteantes”³⁷² com as quais não seria sequer possível “sonhar”³⁷³ sem o proposto programa de pesquisa. Tais programas são capazes também de abarcar fatos que a competição tem que encarar como anomalias.³⁷⁴ A ilustrar claramente sua tese, segundo Lakatos, estão a incrivelmente precisa predição do retorno do cometa Halley pelo astrônomo homônimo e a disparidade entre as distâncias entre duas estrelas no dia e à noite, exatamente como previsto pela relatividade de Einstein.³⁷⁵

Programas de pesquisa como os de Newton e os de Einstein são *progressivos* (no caso de Newton, foram) porque a novas descobertas. Mais especificamente, programas de pesquisa progressivos logram expandir seu poder preditivo, “expandindo sua aplicação a um conjunto de casos cada vez maior, ou se empenhando em obter um tratamento mais preciso dos casos que presentemente explicam”.³⁷⁶ Programas de pesquisa que se limitam a adaptar-se a problemas que surgem e não são expandidos para cobrir novos fatos são *degenerativos*

³⁶⁸ Ibidem. Lakatos afirma que um cientista newtoniano, tendo observado o movimento anômalo de um planeta, pode tomar a aberração como indicando a presença de um astro nãoobservado a perturbar a trajetória do primeiro, e usar a heurística para calcular sua posição, massa e velocidade!

³⁶⁹ Ibidem.

³⁷⁰ Ibidem.

³⁷¹ Ibidem. Minha tradução

³⁷² Idem, p.4. Minha tradução

³⁷³ Idem, p.3. Minha tradução.

³⁷⁴ Ibidem.

³⁷⁵ Idem, p.3-4.

³⁷⁶ Godfrey-Smith, *Theory and Reality*, p. 105. Minha tradução.

(*degenerating*). Sobre esse segundo tipo, Lakatos diz que ele abarca programas que “correm atrás dos fatos”.³⁷⁷

Cada grande disciplina científica tem em um dado momento alguns programas de pesquisa, uns progressivos e outros degenerativos. O abandono de uma teoria não ocorre até que uma teoria mais progressiva tenha se erguido. Resumindo o processo, Lakatos escreve:

A crítica [dentro da ciência] não é um golpe fatal Popperiano [*a Popperian quick kill*] por refutação. Críticas relevantes são sempre construtivas: não existe refutação sem uma teoria melhor [...] o que normalmente acontece é a substituição de programas de pesquisa degenerativos por programas progressivos.³⁷⁸

Encerrada a exposição das características relevantes da filosofia da ciência de Lakatos, podemos concluir o presente argumento contra o epifenomenalismo. Na perspectiva que acabamos de examinar, a explicação dada por Chalmers e Jackson para o problema da subjetividade tem múltiplas características de uma pseudoexplicação em ciência. A segunda característica inicialmente citada era a impossibilidade de derivarmos qualquer fenômeno interessante além daquilo que o postulado se propõe diretamente a fundamentar. Examinando a teorização de Lakatos, vemos como isso é um problema para a pesquisa científica. Esquemas conceituais que nada prevêm são esquemas degenerativos. Se todos os eventos mentais são meramente rebatizados ou re-rotulados, como faz o dualismo aqui criticado, não há produção alguma de conhecimento, muito menos previsão de novos eventos ou fatos interessantes. O dualismo de Jackson e Chalmers é fortemente análogo a um programa degenerativo.

Recordemos agora a alusão que Putnam faz ao falsificacionismo em sua segunda invectiva contra os objetos abstratos. Putnam desaprova neles o seu caráter infalsificável. Tal característica é claramente compartilhada pelos *qualia* epifenomenais. Se epifenômenos são, por definição, desprovidos de poderes causais, eles não podem causar nenhum evento que carregue, por assim dizer, sua “marca”. Não tendo poderes causais, não podem sequer influenciar o que quer que seja (recordemos que as propriedades subvenientes fazem todo o trabalho). Também não podem impedir que coisa alguma aconteça (se algo o faz, é uma das

³⁷⁷ Transcrição de *Science and Pseudoscience*, p.4. Minha tradução.

³⁷⁸ *Ibidem*. Minha tradução.

propriedades subvenientes e não o epifenômeno). Portanto, o esquema dualista carrega consigo a desonra de satisfazer mais um conceito de pseudoexplicação científica, o conceito de Popper. Para piorar as coisas, é evidente que algo que por definição não tem poderes causais não pode ser trabalhado de forma a gerar conteúdo empírico. E na medida em que não envolve um *explanans* empiricamente testável, o postulado epifenomenal também falha ao ser testado segundo os critérios do empirismo lógico (de fato, assumindo as ideias do empirismo lógico sobre significação, o epifenomenalismo sequer significa algo). Não é demais concluir que o dualismo contemporâneo colocou-se em um beco sem saída. Segundo múltiplas teorias de explicação em ciência (e com interessante continuidade entre si, já que Popper, Lakatos, Friedman e Kitcher se referem, cada um à sua própria maneira, de derivação de fenômenos a partir de conceitos, e a teoria da unificação é em parte uma continuação do modelo dedutivo-nomológico)³⁷⁹ o dualismo presentemente examinado é absolutamente estéril. Independentemente de seu caimento no platonismo, a roupa pseudoexplicativa veste muitíssimo bem o dualismo.

Uma possível objeção invocaria o direito dos filósofos de elaborar teorias que seriam pseudoexplicativas em um contexto científico, mas adequadas em um contexto filosófico. Não seriam as exigências acima expostas evidências de um viés cientificista? A melhor resposta aqui é observar que tendo, trivialmente, um método diferente do científico, a filosofia não é tão diferente assim da ciência a ponto de acolher argumentos completamente antagônicos a essa última. Princípios diversos de dedução e construção de teorias são compartilhados pelos dois domínios. Ambos estão interessados em processar e sistematizar informações empíricas. A história de ambas mostra que teorias cientificamente sólidas são rejeitadas (por filósofos) por razões filosóficas, mas não há registro de teorias absolutamente inaceitáveis em ciência sendo aceitas como rigorosas na filosofia analítica contemporânea. É certo abrir uma exceção na filosofia da mente? Acabamos de ver que as ideias que esta tese pretende refutar são estéreis também para a filosofia. Tudo continua praticamente igual, só que com *rótulos diferentes*. As representações mentais necessárias a teorias somáticas das emoções continuam lá, só que renomeadas como relativas à “mente psicológica”; se for necessário

sustentar que o pensamento ocorre em diferentes fluxos de “esboços múltiplos”, sirva-se à vontade, apenas sabendo que eles são fluxos “psicológicos” e não de consciência; se houver bons motivos a justificar a LOT de Fodor como sustentando o raciocínio lógico, ótimo, com a ressalva de que a sombra “consciente” do raciocínio é excluída. Esta completa esterilidade na filosofia da consciência é um preço demasiado alto a pagar pela manutenção de uma intuição.

Um resumo do argumento:

1. Se um postulado x : a) aumenta o número de entes fundamentais em nossa ontologia (Friedman) ou b) não está apto a gerar um conjunto amplo de sentenças outrora irrelacionadas que expressam os dados empíricos aceitos na ocasião de sua postulação (Kitcher) ou c) é irrefutável (Popper) ou d) não antecipa novas observações de outra forma imprevisíveis (Lakatos) ou e) não envolve um *explanans* empiricamente testável (Hempel), x é uma pseudoexplicação em ciência.
2. O caráter epifenomenal da experiência subjetiva é um postulado que satisfaz a), b), c), d), e e) .
3. O caráter epifenomenal da experiência subjetiva é uma pseudoexplicação segundo todos os critérios aceitos pela filosofia da ciência.
4. Se x é uma pseudoexplicação segundo todos os critérios aceitos pela filosofia da ciência, x é uma pseudoexplicação em filosofia.
5. Evocar os *qualia* epifenomenais como fazedores de verdade de crenças sobre a subjetividade é uma pseudoexplicação em filosofia.

5.2. Uma (quase) reviravolta

Diante da força do argumento da superveniência, seria natural para o leitor esperar de Kim uma posição contrária aos *qualia* conforme entendidos por Jackson e Kim. Além disso, o empenho de Kim em criticar o *token physicalism*, que parece tornar a mente epifenomenal, faz crer que Kim se coloca contra a postulação de epifenômenos em geral. Infelizmente para os fisicalistas, esse não é o caso. Kim defende um quase-fisicalismo (daí o título de seu livro de 2005,

Physicalism, or Something Near Enough)³⁸⁰, onde o que importa é garantir a *eficácia causal do pensamento racional*. A existência dos *qualia* está dada e os mesmos não podem ser reduzidos a propriedades físicas. Por isso, Kim diz que os *qualia* são de fato epifenomenais; assumindo a correção do argumento da superveniência, não há saída.

Qual é o fundamento da posição anti-reducionista (Daniel Dennett diria “qualófila”)³⁸¹ de Kim? Já examinamos o conceito de redução por ele adotado:

1. Interpreta-se a propriedade a ser reduzida como uma propriedade funcional, isto é, uma propriedade definida por suas relações causais (mais sobre propriedades funcionais no capítulo x).
2. Leva-se a cabo pesquisas científicas que objetivam encontrar os mecanismos ou propriedades que realizam as ditas relações causais (os seus “realizadores”) na população de interesse.
3. Elaborar-se uma explicação no nível mais fundamental do funcionamento dos fenômenos acima descritos.

O problema em reduzir os *qualia* segundo o modelo acima é que, segundo Kim, não é possível distinguir dores de coceiras ou outras sensações táteis por seu trabalho causal. Portanto, não é possível localizarmos um papel funcional a ser realizado em um nível mais fundamental. Suponhamos que um projeto de inteligência artificial visa construir uma máquina que responde a danos análogos a danos teciduais em mamíferos e outras espécies conscientes. Kim afirma que uma maneira intuitiva de começar o projeto seria montar uma máquina com as seguintes características: Quando danificado por um estímulo qualquer o robô exibe comportamento evasivo, causado pela ação de um mecanismo de dor em seu sistema nervoso artificial. Conforme exposto em nossa discussão do funcionalismo, a ação do mecanismo de dor é um intermediário causal entre o estímulo que danifica e o comportamento evasivo do robô. O problema para a redução é que o robô exibiria comportamento evasivo mesmo que a sua sensação fosse o que seres humanos experimentam como cócegas ou coceira. Seria preciso

³⁸⁰ Kim, 2005.

³⁸¹ *Sweet Dreams: Philosophical Obstacles to a Theory of Consciousness* (Dennett 2005), p. 100.

fazer mais para termos certeza de que o robô sente dores e não coceiras ou cócegas. Desafortunadamente, diz Kim, não temos ideia do que fazer para diferenciar as experiências do robô. Isso sugere fortemente que não é possível identificar dores com um papel causal. Sendo esse o primeiro passo para realizar redução segundo o modelo de Kim, dores e *qualia* em geral não podem ser reduzidos. Não podendo ser reduzidos, têm, como exige o argumento da superveniência, que ser epifenomenais.³⁸² Por isso, a posição que Kim defende é algo *próximo* do fisicalismo. Mas por que Kim chama sua perspectiva de “physicalism, or something near enough” (“fisicalismo, ou algo próximo o bastante”)? A posição de Jackson e Chalmers, afinal, não é nada “próxima” do fisicalismo e defende basicamente a mesma ideia exposta no cenário do robô.

Kim diz que sua posição é muito próxima ao fisicalismo porque é fisicalista em relação a tudo que interessa na preservação do papel causal na mente em decisões racionais que levam a ações livres em geral. Os fenômenos mentais importam para o filósofo porque somos seres racionais e agentes. Dito de outra maneira, o projeto de Kim visa, sobretudo, o resguardo de nossas capacidades de agir livre e racionalmente. Se os elementos da deliberação racional puderem ser reduzidos ao domínio físico, as características que distinguem o ser humano das demais espécies estarão simultaneamente bem compreendidas e seguras. Se tivermos uma teoria reducionista do “domínio intencional/cognitivo”,³⁸³ teremos integrado à metafísica fisicalista o que há de mais importante na auto-imagem da espécie. O fundamental na teorização da mente, para Kim, são as capacidades discriminativas de um mecanismo cognitivo, e não as sensações brutas que ocorrem paralelamente. As convenções do trânsito são um exemplo.³⁸⁴ Por toda parte, a luz vermelha em um semáforo significa “pare”, a verde significa “ande” e a amarela, “diminua a velocidade”. No entanto, a adoção de outra convenção não faria diferença se as relações entre os símbolos fossem preservadas. Diz Kim:

³⁸² *Physicalism, or Something Near Enough*, p. 168-170.

³⁸³ *Idem*, p. 166.

³⁸⁴ *Idem*, p. 172.

De fato, poderíamos ter adotado um sistema no qual vermelho significa “ande”, verde significa “diminua a velocidade” e amarelo significa “pare” ou qualquer outra das combinações restantes. Isso não faria diferença para a administração do trânsito. O que importa são as diferenças e semelhanças entre as cores, e não suas qualidades intrínsecas. Poderíamos inclusive ter escolhido formas ao invés de cores, com um círculo significando “ande”, um quadrado significando “pare”, e daí em diante. Discriminação é o que importa; qualidades discriminadas não importam. Creio que Moritz Schlick fez a observação que o que pode ser comunicado relativamente a experiências é a forma delas, e não seu conteúdo”.³⁸⁵

A hipótese explorada com o exemplo dos semáforos é, naturalmente, uma versão do muito antigo argumento dos *qualia* invertidos, como reconhece Kim.³⁸⁶ O filósofo da superveniência acrescenta que o cenário de indeterminação das sensações corporais no robô é um argumento aparentado.³⁸⁷ De qualquer maneira, a lição é: a maneira como objetos são sentidos por nós não tem muita importância. Assim Kim justifica a aproximação conceitual entre sua própria posição e o fisicalismo *tout court*.

O que dizer da surpreendente reviravolta protagonizada pelo criador do argumento da superveniência? Será interessante refletir sobre a ontologia proposta antes de criticar o argumento de Kim.

Os *qualia* irredutíveis propostos por Chalmers não são passíveis de análise funcional (diz ele: “[as abordagens funcionais] fracassam miseravelmente como análises”),³⁸⁸ como fica claro em *The Conscious Mind*.³⁸⁹ Experiências conscientes são definidas pela maneira como são sentidas, jamais pelas posições causais associadas. Portanto, Chalmers concordaria com Kim que o processo de redução via abordagem funcional não é viável no presente contexto. Tendo proposto a existência irredutível dos *qualia*, e não vendo um papel dos mesmos no aparato cognitivo intencional (a assim-chamada “mente psicológica”, como vimos), Chalmers propõe uma ontologia praticamente idêntica àquela de Kim.³⁹⁰ Existe o domínio físico e o domínio qualitativo *sui generis*, que é de alguma forma superveniente em relação ao primeiro. Os dois filósofos diferem unicamente na

³⁸⁵ Ibidem. Minha tradução.

³⁸⁶ *Physicalism, or Something Near Enough*, p. 27.

³⁸⁷ Idem, p. 168.

³⁸⁸ P. 105. Minha tradução.

³⁸⁹ P.104-105

³⁹⁰ Mesmo não se comprometendo com os epifenômenos, Chalmers, conforme exposto anteriormente, não vê grandes empecilhos em admiti-los, e, mantido o fechamento causal do mundo físico, não há alternativa a uma redução exceto *qualia* epifenomenais.

interpretação dessa ontologia. Para Kim ela é um quase-fisicalismo porque as sensações irreduzíveis são um resíduo (*residue*)³⁹¹ sem grande importância filosófica. A “vitória” do dualista lhe dá pouco o que celebrar.³⁹² Por sua vez, Chalmers acredita que os *qualia* são o grande mistério, o “problema difícil” (*the hard problem*) que desperta perplexidade. A mente psicológica, ao contrário, é interessante mas não “metafisicamente desconcertante” (*metaphysically baffling*)³⁹³. A mente consciente é algo que dramaticamente “exige uma explicação” (*cries out for explanation*)³⁹⁴ e se situa bem no centro da sua investigação. Se aceitarmos essas asserções, forçosamente concluiremos com Chalmers que o dualismo exigido pelas propriedades qualitativas é algo filosoficamente muito significativo e muito distante de um fisicalismo *hardcore*. Surge naturalmente uma questão: quão significativa é a diferença da “ontologia do resíduo” relativamente ao fisicalismo *hardcore*? Mesmo rejeitando tanto a ontologia dualista quanto a caracterização da consciência como mistério, a resposta abaixo mostrará que Chalmers está certo em parte.

Consideremos o conjunto de fenômenos que compõem o resíduo mental da ontologia de Kim. Integram tal classe todos os tipos de *qualia* emocionais³⁹⁵, um subconjunto em si já vastíssimo, todos os tipos de sensações paradigmaticamente perceptuais (*qualia* visuais, auditivos, táteis etc.) e também as dores, como no argumento de Kim (p). Todas essas classes estão no “resíduo”, em todas as suas sutilezas e matizes. Como é possível reclassificar tantos fenômenos como inertes, mutilando a imagem intuitiva do domínio psicológico, e proclamar que a cirurgia não tem muita importância? O tecido amputado não é um mero múon que “ninguém encomendou”, mas algo, no mínimo, sistematicamente correlacionado ao universo do raciocínio e da ação. Revisões radicais da *folk psychology* são por vezes necessárias (tanto o monismo fisicalista quanto o dualismo epifenomenal exigem algo do gênero), mas, por modificarem substancialmente nossa auto-imagem, não são filosoficamente insignificantes. Resumindo: propor a reclassificação de uma muitíssimo ampla gama de fenômenos psicológicos, que devem ser considerados *ontologicamente singulares* é um passo filosófico radical.

³⁹¹ *Physicalism, or Something Near Enough*, p. 170.

³⁹² *Ibidem*.

³⁹³ *The Conscious Mind*, p.4.

³⁹⁴ *Idem*, p. 5.

³⁹⁵ Assumindo por um momento que faz sentido chamar algo de “quale”.

Chalmers tem razão em interpretar dessa maneira a ontologia *sui generis* dos qualia. Relativamente à *folk psychology*, Kim propõe uma tese arrojada.

Ainda assim, Kim tem razão quanto ao significado dessa ontologia para a teorização avançada sobre a mente. Vimos a pouco que a introdução dos qualia epifenomenais na ontologia fundamental tem um efeito desprezível sobre a maneira como estudamos todo tipo de fenômeno psicológico. Considerando a elaboração de *explicações* na filosofia da mente³⁹⁶ e nas ciências com as quais ela se envolve, o epifenomenalismo significa *business as usual*. De acordo com o argumento das pseudoexplicações, é justamente esse o seu ponto fraco. Ele significa inflacionar a ontologia sem contribuir em nada para o estudo dos fenômenos relevantes. Portanto, considerando teorias avançadas do domínio mental, o que Kim propõe de fato é algo muito próximo do fisicalismo.

Deixando de lado a possibilidade de capturar tudo o que interessa sobre uma dada sensação por meio de análise funcional, pode-se também contestar a asserção de Kim sobre o caráter intercambiável das sensações em uma cadeia causal. Ao contrário do que diz o argumento sobre o projeto de um robô que sente dores, podemos enxergar diferenças pronunciadas entre sensações aptas a causar comportamento evasivo. É justo conceder que, no robô mencionado no argumento, não temos razão para chamar a causa do seu comportamento evasivo de “dor” e não de “coceira”. Mas isso ocorre porque a máquina em questão é muito simples em comparação com organismos consensualmente capazes de experimentar dores e coceiras. Kim diz que “não podemos distinguir dores de coceiras por seu trabalho causal”.³⁹⁷ No entanto, dores causadas por esmagamento ou perfuração não causam jamais vontade de friccionar o tecido afetado. Elas tendem a produzir comportamento protetor da região afligida, o que não ocorre com coceiras. As reações emocionais causadas por dores, como medo e (em casos crônicos) desespero são totalmente diversas daquelas causadas por coceiras e cócegas. Seres humanos normalmente não sentem *medo* de mosquitos, mesmo que a irritação cutânea por eles causada seja comparável em intensidade à dor de uma picada de abelha. Se o projeto de inteligência artificial envolvesse uma relação mais matizada com o ambiente do “organismo”, seria possível distinguir, pelo

³⁹⁶ Ao invés de considerações sobre a possibilidade de tal teorização.

³⁹⁷ *Physicalism, or Something near Enough*, p. 169. Minha tradução.

comportamento do mesmo, a ativação de sua “caixa de dores” de sua “caixa de coceiras”. O exemplo de Kim mostra apenas que certos *qualia* têm interseções em seus perfis causais, e não que eles não podem ser definidos pela totalidade dos mesmos.

Já foi observado aqui que o argumento de Kim contra a redução dos *qualia* é uma versão do argumento dos *qualia* invertidos. Kim sustenta que o que vale para o universo da ação é a forma das experiências, e não seu conteúdo, ou dito de outra forma, as qualidades discriminadas não interessam, mas sim as relações entre elas. Como é típico na literatura filosófica, Kim considera ideias sobre a inversão de cores, como no exemplo do semáforo como representativos desse aparente insight sobre a natureza dos *qualia* como um todo. Infelizmente, é incorreto fazer essa generalização, como mostram as considerações sobre sensações corporais expostas no parágrafo anterior.

Como proceder diante da possibilidade aparente de *qualia* invertidos? *Consciousness*,³⁹⁸ trabalho recente do filósofo Christopher Hill, explora a hipótese onde todos os fenômenos de senciência (*awareness*) são vistos como instâncias de processos representacionais. Para Hill, os *qualia* não são aspectos de eventos mentais, mas sim propriedades dos *objetos* de eventos mentais que mapeiam o mundo. Isso vale inclusive para *qualia* que aparentemente nada têm a ver com representações, como *qualia* emocionais e *qualia* de experiências dolorosas.³⁹⁹ As sensações subjetivas de cor também têm esse caráter; são representações de propriedades de objetos que aparecem a partir de um determinado ponto de vista (*appearance-properties*).⁴⁰⁰ Uma parede pintada de amarelo-claro, por exemplo, exhibe, além de sua propriedade objetiva de reflexão de luz, uma propriedade de *parecer amarelo escuro* em uma área sombreada. Essa última propriedade é o *quale* que experimentamos ao perceber a parede na condição especificada. Assumindo tais ideias, e juntamente com elas a premissa de que representar mentalmente é algo passível de ser visto como uma “descrição” de tarefa, as perspectivas de redução das experiências fenomenais segundo o modelo funcional

³⁹⁸ Hill, 2009

³⁹⁹ Ver o apêndice do presente capítulo, inclusive para os fundamentos que Hill apresenta para sua tese representacional.

⁴⁰⁰ *Consciousness*, p.136-148.

de Kim são na verdade bastante promissoras. Conforme o exemplo na exposição (p.) do dito modelo, podemos reduzir “gene” primeiramente via uma definição funcional de “gene” – aquilo que codifica e transmite informação genética. Se experiências fenomenais são representações, podemos assumir uma definição funcional onde uma experiência do gênero, digamos, uma sensação de vermelhidão é aquilo que mapeia para uma espécie biológica uma propriedade de objetos vermelhos. Com essa definição, torna-se viável seguir adiante com a redução, identificando-se os realizadores da sensação na espécie biológica em questão e desenvolvendo-se uma teoria explanatória. O argumento de Kim, lembremos, tinha como conclusão que o que importa são as discriminações, e não as sensações que acompanham as discriminações. Se adotarmos a perspectiva de Hill, cuja plausibilidade independe de considerações diretamente ligadas ao reducionismo, consideraremos a “discriminação” em questão como a discriminação dos *qualia* em si. Não existe separação entre os aspectos qualitativos da experiência e a detecção de certas propriedades. Em outras palavras, a detecção das propriedades de aparência é a discriminação de que fala Kim.⁴⁰¹ Pode-se concluir então que não é inviável reduzir a consciência fenomenal a partir de uma descrição de tarefa. Essa é a maneira mais natural de interpretar Hill quando ele afirma que “O representacionalismo promete resolver o dilema metafísico que Kim chama de problema do “resíduo mental”.”⁴⁰²

5.3. O problema das leis

Os argumentos apresentados a seguir lidam com os problemas que o dualismo gera para a dissecção da natureza por meio da descoberta de leis naturais. Segundo a definição aqui assumida, a ciência fundamental, a física, é a ciência das leis ubíquas que estruturam a dinâmica dos objetos macroscópicos. Em sua empreitada de estruturação da realidade, a metafísica fisicalista pretende alcançar uma descrição dos entes fundamentais, que formam a base subveniente de todo o resto, e as generalizações que descrevem as propriedades dos mesmos – as leis fundamentais. Pensa-se, muito plausivelmente, que todo evento passível de

⁴⁰¹ Ver o artigo *Visual Awareness and Visual Qualia* (Hill, 2006), p. 32-38.

⁴⁰² Idem, p. 43. Minha tradução.

descrição causal remete de alguma maneira a uma ou mais leis físicas, e que o mesmo ocorre com relações de determinação em geral (embora naturalmente existam muitas formas de articular as relações).⁴⁰³ Evidentemente, quando falamos de “leis”, nos referimos a generalizações verdadeiras, mas não apenas isso. É razoavelmente consensual que leis naturais são algo mais profundo do que generalizações como “toda pessoa no meu prédio nasceu no Brasil” ou “os filmes de maior bilheteria são produzidos por Jerry Bruckheimer”, mesmo que ambas sejam verdadeiras. Tais generalizações, se verdadeiras, o são apenas acidentalmente. Generalizações com caráter nomológico, ao contrário, possuem força modal, ou seja, permanecem em uma variedade de mundos possíveis, sustentando contrafactuais⁴⁰⁴ e justificando projeções (observações seguidas de fatos previstos pela generalização “todo F é G” fortalecem a crença que o próximo F a ser observado também será G).

Já foi observado aqui que os filósofos da mente desde Descartes admitem amplas correlações entre estados cerebrais e estados mentais; toda a questão mente-corpo pode ser vista como a busca pelo fundamento das mesmas. Onde alguns, como Smart, ou, atualmente, o casal Churchland, vêm aí uma identidade estrita (que acaba eliminando as correlações por explicação [*explaining away*], conforme vimos na p. 60), outros, como Davidson (p.55) e Kim veem superveniência. O leitor há de recordar que dualistas de propriedade (*property dualists*), ainda que reconhecendo as correlações, creem que o fundamento das mesmas é uma relação de superveniência mais fraca. De qualquer forma, as

⁴⁰³ Ver, por exemplo, as perspectivas de, respectivamente, Douglas Kutach, Ernst Sosa e John Norton em *The Physical foundations of causation* (Kutach 2007), *Varieties of Causation* (Sosa 2005) e *Causation as Folk Science* (Norton, 2007)

⁴⁰⁴ Conforme explica o filósofo da física Marc Lange em seu livro *Laws and lawmakers: science, metaphysics and the laws of nature* (Lange 2009), p. 4-8. É lícito observar, como faz Lange, que acidentes também podem ser preservados em contextos contrafactuais. Os acidentes usados logo acima como exemplo seriam preservados em inúmeros cenários contrafactuais; afinal, se eu tivesse escolhido vestir uma camisa diferente hoje, ainda seria o caso que todas as pessoas do prédio nasceram no Brasil e que os filmes de maior bilheteria são aqueles produzidos por Jerry Bruckheimer. Entretanto, tais acidentes requerem um contexto conversacional relevante para serem preservados; o segundo acidente acima não é preservado seu supusermos que Jerry Bruckheimer detesta filmes comerciais. Tal suposição contrafactual importa para alguns contextos e não para outros, e com tal constatação é possível vislumbrar uma diferença modal fundamental entre leis e acidentes: as primeiras são preservadas em qualquer contexto conversacional. Em se tratando de acidentes, no entanto, sempre existe um contexto em que ele não é preservado. Além disso, leis são preservadas em qualquer situação contrafactual consistente com todas as leis ao mesmo tempo. Nas palavras de Lange, “deve haver um mundo logicamente possível onde [o antecedente de um condicional contrafactual] *p* e todas as leis valem”(minha tradução). Ver *Laws and lawmakers*, p. 8-20.

conexões observadas parecem ubíquas demais para serem chamadas de “acidentes”. Existe algo sistemático a sustentá-las, daí ser natural supor a existência de força modal nas relações, e possivelmente de leis naturais a expressá-las. David Chalmers reconhece e chama atenção para tais fatos, e procura esclarecer as relações do físico com seu correlato mental irreduzível. Por isso, Chalmers postula a existência de leis psicofísicas explicativas da conexão entre os domínios. Tais leis não seriam estranhos em meio às demais leis naturais, daí o uso do termo “dualismo naturalista” (*dualistic naturalism*) na descrição de sua própria posição. Chalmers escreve:

Essa perspectiva é inteiramente compatível com a perspectiva global da ciência contemporânea, e é inteiramente naturalista. Em tal perspectiva, o mundo ainda consiste em a uma rede de propriedades fundamentais relacionadas por leis físicas, e tudo deve ser, em última análise, explicado nesses termos. Tudo o que aconteceu é a expansão do inventário de propriedades e leis, assim como se deu com Maxwell. Além disso, nada nessa perspectiva contradiz coisa alguma nas teorias físicas; ao invés disso, suplementa-se tais teorias. A uma teoria física gera uma teoria de processos físicos, e uma teoria psicofísica nos diz como tais processos dão origem à experiência.⁴⁰⁵

Lamentavelmente para o seu dualismo e para todos os demais, Chalmers não consegue entregar o que promete. As leis psicofísicas por ele postuladas acabam se mostrando estranhos no ninho quando agrupadas junto às leis consensualmente “legítimas”. Seguem-se as justificativas

O argumento crucial de Chalmers contra o fisicalismo baseia-se na aparente coerência do conceito de *zumbi*. Zumbis são na filosofia da mente criaturas fisicamente idênticas a seres conscientes, só que sem qualquer experiência consciente. Embora identicamente competentes em seu comportamento a seres humanos normais, e fisiologicamente iguais a nós, os zumbis são tão conscientes como uma gota d’água ou uma mochila. Chalmers elabora um argumento modal que procura mostrar que tais seres não são conceitualmente incoerentes, o que significa que são metafisicamente possíveis. Sendo assim, o fisicalismo é falso. Se quisermos estabelecer a identidade de propriedades físicas e mentais, será preciso demonstrar a derivação lógica de *qualia* a partir de propriedades físicas. Isso porque, assumindo o fisicalismo, todas as propriedades de níveis não fundamentais estão necessariamente presentes, uma vez estabelecida a

⁴⁰⁵ *The Conscious Mind*, p. 127-128. Minha tradução.

instanciação das propriedades físicas fundamentais. No fisicalismo, o primeiro grupo é instanciado, recordemos, necessariamente a partir da presença do segundo, que forma a base subveniente. Se o fisicalismo é verdadeiro, tudo que Deus teve que fazer para criar as propriedades supervenientes foi providenciar a instanciação da base subveniente. O resto ele obteve “de graça”.⁴⁰⁶

Chalmers pede a seus leitores que imaginem seu “gêmeo zumbi” (*zombie twin*), idêntico a Chalmers “molécula por molécula” olhando a vista pela janela; enquanto Chalmers experimenta uma série de *qualia* associados à paisagem, ao lanche que mastiga e a processos corporais, o seu gêmeo zumbi, mesmo compartilhando toda a sua configuração física e reações comportamentais, não possui *qualia*.⁴⁰⁷ Chalmers não consegue achar nada logicamente absurdo nesse cenário; ausentes quaisquer contradições, o cenário é metafisicamente possível. Dito de outra maneira, dada a “óbvia”⁴⁰⁸ coerência do experimento de pensamento, que “quase qualquer pessoa, me parece, é capaz de conceber”,⁴⁰⁹ é lícito concluir que os zumbis são algo conceitualmente consistente. Reforçando a conclusão, Chalmers afirma que “se nenhuma análise dos termos em questão aponta para uma contradição, ou mesmo torna plausível a existência de uma contradição, existe uma inclinação natural em favor da possibilidade lógica.”⁴¹⁰ Se houvesse uma férrea dependência ontológica entre propriedades físicas e fenomenais, expressa por superveniência metafísica (superveniência cuja força modal abrange todos os mundos metafisicamente possíveis), o cenário dos zumbis afrontaria uma necessidade metafísica, e detectar-se-ia uma contradição no experimento de pensamento. Estando ausentes inconsistências do gênero, Chalmers conclui que as correlações entre propriedades físicas e mentais se mantêm por um elo mais fraco do que supõe o fisicalismo. Consequentemente, o fisicalismo é falso. As correlações entre os domínios em questão são sustentadas apenas por um tipo mais fraco de necessidade, a saber, necessidade natural. Se quisermos repetir a alegoria com Deus, isso significa que, para criar as

⁴⁰⁶ Idem, p. 41

⁴⁰⁷ Idem, p. 94-95.

⁴⁰⁸ Idem, p. 96. Minha tradução.

⁴⁰⁹ Ibidem. Minha tradução.

⁴¹⁰ Ibidem. Minha tradução.

propriedades supervenientes, Deus teve que dar um passo além da criação da base subveniente.⁴¹¹

Resumidamente, eis o argumento modal de Chalmers

1. Zumbis são conceptíveis
2. Tudo que é conceptível é metafisicamente possível
3. Zumbis são metafisicamente possíveis.
4. O fisicalismo implica a impossibilidade metafísica de zumbis.
5. O fisicalismo é falso.

Façamos descansar o argumento de Chalmers enquanto examinamos o que ele tem a dizer sobre a força modal da correlação entre a realidade física e a realidade mental. Uma vez que não é possível observar diretamente as experiências de outrem, toda e qualquer conclusão alcançada por pesquisas empíricas relativamente a correlatos materiais ou funcionais de experiências subjetivas assumem que as correlações em questão ilustram uma conexão sistemática. Os estudiosos assumem, implicitamente pelo menos, que as correlações constatadas em seu ponto de vista subjetivo devem se repetir em outrem. Entra em cena um princípio de ligação (*bridging principle*) que estabelece “um critério para a presença de consciência em um sistema, um critério aplicável ao nível físico”: a consciência está atrelada à senciência (*awareness*).⁴¹² Devido à impossibilidade de comprovação do princípio via observação direta, a “alavanca epistêmica” (*epistemic lever*) empregada é um dado supra-empírico a estruturar toda teorização sobre a consciência. Trata-se de algo que “precede qualquer resultado experimental”, nos dizendo “como interpretar tais resultados”.⁴¹³ Seguindo essa linha de raciocínio, “é impossível para os dados sustentar uma conclusão”⁴¹⁴ contrária ao princípio de ligação entre senciência e consciência.

Como o princípio em questão precisa ter força modal significativa, Chalmers afirma que se trata de uma lei natural; mais especificamente, uma relação bicondicional: senciência implica consciência e consciência implica

⁴¹¹ Idem, p.41.

⁴¹² Idem, p. 237. Minha tradução.

⁴¹³ Ibidem. Minha tradução.

⁴¹⁴ Idem, p.242. Minha tradução.

senciência. Chalmers escreve: “para qualquer sistema, em qualquer parte do espaço-tempo, a estrutura da consciência espelha e é espelhada pela estrutura da sentiência.”⁴¹⁵ “Senciência” aqui quer dizer aproximadamente a disponibilidade de informação “para uma variedade de processos incluindo categorização perceptual, memorização de longo-prazo, avaliação e ação intencional”, como escrevem os neurocientistas cognitivos Stanislas Dehaene e Lionel Naccache (mais sobre o trabalho dos dois no apêndice a este capítulo).⁴¹⁶ Informações disponíveis dessa maneira para o sistema o tornam apto a coordenar diferentes tipos de operações mentais e comportamentos intencionais, no que Chalmers, juntamente com vários outros autores, chama de “disponibilidade para controle global”.⁴¹⁷ Chalmers só difere de autores fisicalistas como Daniel Dennett (que chama a disponibilidade para controle global de “fama no cérebro” [*fame in the brain*])⁴¹⁸ em relação a tal modelo de consciência por enfatizar que a sentiência é disponibilidade *potencial* para controle global. Autores fisicalistas como Dennett e Dehaene estão naturalmente dispostos a identificar a fama no cérebro com a consciência, enquanto Chalmers diz tratar-se de não mais que o correlato computacional da consciência.

Paralelamente ao princípio de ligação entre sentiência e consciência, Chalmers propõe uma lei complementar a detalhar a correlação entre sentiência e consciência. Trata-se do princípio de coerência estrutural (*principle of structural coherence*), segundo o qual “a estrutura da consciência é determinada pela estrutura da sentiência”.⁴¹⁹ O que significa isso? Chalmers observa que experiências conscientes não formam um todo fenomenologicamente homogêneo; elas exibem, pelo contrário, “uma estrutura interna detalhada”:⁴²⁰

⁴¹⁵ Idem, p.213-214. Minha tradução.

⁴¹⁶ *Towards a cognitive neuroscience of consciousness: basic evidence and a workspace framework*, p.1. Minha tradução.

⁴¹⁷ *The Conscious Mind*, p. 225. Minha tradução.

⁴¹⁸ *Are we Explaining Consciousness yet?* (Dennett 2005), p. 227-228.

⁴¹⁹ *The Conscious Mind*, p. 243. Minha tradução.

⁴²⁰ Idem, p. 223. Minha tradução.

Meu campo visual, por exemplo, tem uma geometria definida. Há um grande pedaço vermelho ali, com um pequeno pedaço amarelo bem próximo, com algum branco entre os dois; existem padrões de listras, quadrados e triângulos, e daí em diante. Em três dimensões, eu possuo a experiência de cubos, experiências de um objeto atrás de outro, e outras manifestações da geometria da profundidade. Meu campo visual consiste em uma massa de detalhes, que se encaixam em uma estrutura abrangente.⁴²¹

Chalmers afirma então que toda a estrutura acima tem um equivalente cognitivo na estrutura da sciência. Esse tem que ser o caso, porque a informação está apta a ser utilizada no controle de comportamentos complexos. Se qualquer característica da estrutura aparece nas capacidades comportamentais do sistema, ela deve estar representada na mente psicológica que gera a sciência. Se esse é o caso, deve ser possível mapear a mente fenomenal a partir das representações scientes subjacentes. Por isso, o princípio da coerência estrutural é uma lei bicondicional, da mesma forma que o primeiro princípio aqui examinado.⁴²² Coincidências análogas existem entre a cognição e a experiência das relações entre cores: a estrutura fenomenal das mesmas se reflete nas representações manipuladas pelo nosso sistema visual. Além disso, na medida em que influencia processos cognitivos subsequentes, a intensidade de uma experiência deve ter uma contrapartida cognitiva na sciência, da mesma forma que o detalhamento das experiências e representações. Experiências intensas estão ligadas a padrões de ativação de populações neuronais diferentes de padrões de ativação ligados a sensações mais “fracas”. As informações ligadas a sensações fortes têm um papel mais duradouro no recrutamento de recursos comportamentais e cognitivos; de maneira similar, experiências de grande intensidade influenciam mais fortemente as sensações e emoções subsequentes.⁴²³

Temos, então, dois princípios vistos como leis naturais confortavelmente situadas entre as demais generalizações do tipo. Durante a exposição inicial da ideia de “lei natural” vimos que tais formulações são generalizações verdadeiras com força modal. O segundo argumento contra o epifenomenalismo, introduzido mais à frente, fará uso de uma propriedade adicional das leis naturais, a saber, a

⁴²¹ Ibidem. Minha tradução.

⁴²² Idem, p. 225.

⁴²³ Idem, p. 224.

sua projetabilidade (*projectibility*). Será assumido que, se o dualismo é correto, de fato existem leis psicofísicas pelas mesmas razões citadas por Chalmers.⁴²⁴

Sabe-se que generalizações como “Todo F é G” podem ser confirmadas pela observação exaustiva dos Fs em questão, que permite eliminar todos os falsificadores possíveis da asserção. Assim, podemos verificar generalizações sem força modal como “Todos na festa são casados” ou “Os pratos do restaurante são vegetarianos ou veganos”. Generalizações candidatas a lei natural, porém, podem ser consideradas válidas para um número indefinidamente vasto de casos a partir da observação de um número finito de casos.⁴²⁵ Observações de favoráveis fortalecem a expectativa dos *próximos* Fs serem Gs. A projetabilidade, portanto, é “a capacidade de confirmação pela observação de ‘instâncias positivas’”.⁴²⁶ De fato, Chalmers diz que, a partir da observação de

[...] regularidades entre experiência e estados físicos ou funcionais em nosso próprio caso, nós postulamos leis subjacentes simples e homogêneas para explicar as primeiras, e empregamos tais leis para inferir a existência da consciência em outros.⁴²⁷

Tampouco podemos duvidar da força modal das generalizações como propostas por Chalmers. Segundo ele, é impossível “que os dados sugiram uma conclusão que contradiz os princípios.”⁴²⁸

O argumento da superveniência de Kim deixa claro que numa teoria como a de Chalmers, os *qualia* presentes nas leis naturais sugeridas têm que ser epifenomenais. Poderia isso ser factível ou teríamos um problema para expressar tais ideias como leis? Parece bastante claro que, sejam qual forem as suas múltiplas formas (pode-se detectar os eventos relevantes a um teste empírico com ou sem o auxílio de aparelhos), “observação” envolve algum tipo de processo causal a afetar os sentidos, direta ou indiretamente. Não é por outra razão que Quine disse que “o estímulo de seus receptores sensoriais é toda a evidência que

⁴²⁴ Muito embora elas provavelmente não sejam necessárias apenas naturalmente.

⁴²⁵ Ver o artigo de Jaegwon Kim, *Multiple Realization and the Metaphysics of Reduction* (Kim 2002), p. 140.

⁴²⁶ Ibidem. Minha tradução.

⁴²⁷ *The Conscious Mind*, p. 246. Minha tradução.

⁴²⁸ Idem, p. 242. Minha tradução. Naturalmente, é necessário interpretar “impossível” como “naturalmente impossível”. Do contrário, teríamos os princípios de ligação como uma verdade metafísica, o que significaria o colapso da posição estabelecida pelo argumento modal contra o fisicalismo. As leis de Chalmers, então, são uma espécie de “meta-lei”, como o são princípios de simetria na física (Lange, 2009, p. 18-19).

qualquer um possui para em última análise prosseguir na elaboração de sua representação do mundo.”⁴²⁹ Os artefatos que nos permitem transcender limitações sensoriais ainda assim fazem uso das mesmas ao transmitir o resultado de um experimento. Um microscópio de varredura eletrônica (que permite a observação de grãos de pólen, minúcias de pequenas criaturas, células etc.) afinal de contas, tem como tarefa produzir imagens de objetos mui diminutos, imagens essas que nossa visão é capaz de processar.

Em suma, observar x implica a capacidade de x de afetar o mundo físico de alguma maneira. Onde há observação direta, há mobilização dos sentidos. Mobilizar os sentidos é, obviamente, um processo causal. Daí se conclui que toda observação direta envolve causação. Já quando observamos um fenômeno indiretamente, empregamos um aparato capaz de produzir informações passíveis de processamento pelos sentidos, que de outra maneira não estariam disponíveis. Assim, ainda temos um processo causal, e continua necessária a presença de poderes causais naquilo que se pretende estudar. Um contador Geiger exhibe para nossa percepção o resultado de sua interação com algo inacessível à mesma no sentido usual. Junte-se a isso o fato de que toda lei natural envolve a possibilidade de observações dos fatores relevantes, e concluiremos que toda lei natural precisa que os mesmos sejam causais. Uma vez que, por definição, epifenômenos não causam coisa alguma, eles não podem aparecer em leis. Portanto, se quisermos manter os princípios de ligação propostos por Chalmers, teremos que descartar o caráter epifenomenal dos *qualia*. A conclusão contrária a sugestão de Chalmers de que os epifenômenos são plenamente aceitáveis em uma teoria da mente. Os argumentos a favor das leis propostas são de fato convincentes, mas não é possível manter as ditas leis se elas caracterizam o aparecimento de epifenômenos. Poder-se-ia retrucar que, tendo observado o sujeito de um experimento afirmando possuir certa experiência concomitantemente a uma observação “objetiva” dos seus processos cognitivos, a observação relevante estaria realizada. No entanto, tal objeção é uma petição de princípio. Assumamos por um momento que o argumento modal de Chalmers está correto. Não é possível “observar” as experiências de outrem diretamente. Portanto, o experimentador precisa confiar na palavra dos sujeitos em experimentos. Se ele

⁴²⁹ *Epistemology Naturalized* (Quine, 1969), p. 75. Minha tradução.

diz que tem determinada sensação, os experimentadores tenderão a confiar nele. Mas o que descarta a possibilidade do mesmo ser um zumbi? Afinal, de acordo com o argumento de Chalmers, essa é uma possibilidade metafísica. Tal hipótese é eliminada por um apelo às leis naturais, recordemos, do nosso mundo. Dadas as leis psicofísicas existentes no mundo real, os zumbis são uma impossibilidade natural. Logo, é seguro confiar nos sujeitos de experimentos. Infelizmente, tal apelo às leis do nosso mundo já assume o que queremos constatar com as observações em questão: a existência de conexões nomológicas entre capacidades cognitivas e consciência. Temos mais uma razão, portanto, para considerar o apelo a epifenômenos na filosofia da mente como um passo em falso rumo a teorias consistentes da subjetividade. Embora pareça oferecer uma saída para o argumento da superveniência de Kim, o epifenomenalismo é uma falsa cura.

Podemos vislumbrar duas objeções nesse momento; ambas dizem respeito ao caráter vago dos termos “observação” e “causação”. Quando chamamos atenção para tal característica dos conceitos empregados, não parece que há “algum” truque no argumento desenvolvido há pouco?

Em primeiro lugar, deve-se observar que os supostos epifenômenos com que estamos lidando não assumem um critério específico de eficácia causal e então retiram qualquer avocação de tal poder. Epifenômenos são, por definição, *desprovidos de todo e qualquer poder causal*, seja na obra de Chalmers, seja na de Jackson. Os argumentos originais aqui apresentados partem da definição utilizada pelos filósofos criticados, sem nada acrescentar ou excluir. Jackson foi muito claro quando afirmou que os *qualia* são epifenomenais porque “*nada* [grifo meu] físico causam, mas são causados por algo físico”.⁴³⁰ Igualmente Chalmers:

[A consciência] parece ser um mero epifenômeno, dependurando-se do mecanismo de causação física, *mas não fazendo qualquer diferença* [grifo meu] no mundo físico. [...] [A consciência] existe, mas no que concerne o mundo físico poderia igualmente não existir.⁴³¹

⁴³⁰ *Epiphenomenal Qualia*, p. 277. Minha tradução.

⁴³¹ *The Conscious Mind*, p. 150. Minha tradução.

De posse das definições empregadas pelos filósofos criticados, é lícito concluir que as críticas feitas não são ataques a homens de palha.

A natureza da causação é admitidamente algo elusivo; não teria o argumento das leis favorecido alguma concepção particular de causação que termina por tornar o argumento enviesado? Mais uma vez, é importante lembrar ao leitor que a necessidade de qualquer tipo de processo causal na caracterização dos *relata* das leis naturais é suficiente para descaracterizá-los como epifenômenos. Segundo a descrição de Chalmers, recordemos, estamos lidando com aquilo que “não faz qualquer diferença no mundo físico”. Assim, se ficar claro que os *relata têm que fazer algum tipo de diferença no mundo físico*, os epifenômenos não poderão tomar parte em leis. É por isso que a necessidade de observação (no sentido amplo acima mencionado) traz um problema intratável para o dualismo. De qualquer maneira, está claro que, partindo do que se entende como fechamento causal do mundo físico, todos os processos causais que interessam para o presente trabalho são exemplos de *atuação de forças*, ou seja, acelerações. A proibição de influências irreduzivelmente não físicas sobre o mundo físico é em última análise a proibição de acelerações anômalas de objetos físicos.

Já foi dito que o fato de certas observações não serem perceptuais (no sentido de mobilização direta dos sentidos) não afeta a presente alegação da necessidade de alguma forma de mobilização do tipo. É evidente, por exemplo, que não se observam elétrons ou neutrinos como se observam livros numa estante. Assim, pode parecer que o argumento da observação trapaceia ao falsear a maneira como cientistas obtêm informações epistemicamente relevantes. Afinal, não parece óbvio que físicos de partículas jamais observam neutrinos de maneira alguma? Mais relevante ainda para um filósofo da mente é a constatação de que não podemos sequer observar diretamente certos processos cerebrais constituintes de informação epistemicamente relevante para as ciências da mente. Afinal, não é muito óbvio que observamos coisa alguma via imagens de ressonância magnética.⁴³² Por isso, é necessário esclarecer que o que é aqui chamado de “observação” abrange a *obtenção de dados empíricos em geral*, e não somente observação perceptual. Assim, podemos contar como “observações” imagens de

⁴³² Ver o artigo da Stanford Encyclopedia of Philosophy, *Theory and Observation in Science*, p. 9.

ressonância magnética ou detecções de neutrinos absolutamente incapazes de interagir diretamente com os sentidos. Os objetos de estudo nos dois casos (respectivamente, atividade neural e neutrinos) não são objetos de percepção direta; por isso, a obtenção de dados sobre os mesmos requer o uso de um aparato com um perfil causal adequado, ou seja, capaz de ser afetado causalmente pelo objeto estudado. O que importa para os presentes propósitos é a constatação evidente de que os objetos estudados têm que ser capazes de interagir com os aparatos utilizados, sejam eles instrumentos para observação artificial, sejam eles sistemas perceptuais. Os *relata* de leis naturais precisam ser capazes de fazer alguma diferença no mundo físico – eles precisam no mínimo ter a capacidade de influenciar o estado físico do aparato que registra os dados empíricos. Como diz Peter-Godfrey Smith, “[objetos inobserváveis] só podem ter sua presença inferida de seus efeitos em coisas observáveis”.⁴³³ Dito de outra forma, os objetos da ciência em geral, e portanto também os *relata* de leis naturais, são sempre objetos *detectáveis*. Isso implica a impossibilidade de possuírem um caráter epifenomenal. Assim, mesmo se a mobilização dos sentidos em si tiver sua importância relativizada, o argumento da observação continua valendo.

A seguir, um resumo do argumento:

1. Se o dualismo é correto, existem leis psicofísicas ligando a mente cognitiva à mente fenomenal.
2. As leis psicofísicas mencionadas em (1) são leis naturais.
3. Leis naturais são projetáveis.
4. Os *relata* de leis naturais são observáveis, e como tal possuem poderes causais.
5. Os *relata* de leis naturais não podem ser epifenômenos.
6. O dualismo exige epifenômenos (argumento da superveniência de Kim).
7. O dualismo é falso.

⁴³³ *Theory and Reality*, p. 185. Minha tradução.